CRESS DEBATE

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

caderno digital
número 01
santa catarina | 2023

CONSERVADORISMO

CRESS DEBATE
CONSERVADORISMO

CADERNO DIGITAL
NÚMERO 01
SANTA CATARINA | 2022

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

Organização

Comissão de Comunicação do CRESS 12ª Região (2020-2023)

Simone Cristina Dalbello da Silva (conselheira coordenadora), Claudia Mara Fronza da Silva, Débora Ruviaro (conselheiras), Karoline Gonçalves (assistente social de base), Flávia de Brito Souza (assessora técnica)

Redação, edição e jornalista responsável

Cassiano Ferraz (Assessor de Comunicação)

Projeto gráfico, diagramação e arte da capa

Rafael Werkema

Santa Catarina, 2023

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA - CRESS 12ª REGIÃO

Gestão Coragem e Democracia: a Certeza na Frente, a História na mão (2020-2023)

Presidente

Viviana Wachtel Seleme

Vice-presidente

Cheyenne Vieira Marques

1ª Secretária

Débora Ruviaro

2ª Secretária

Maria Aparecida de Souza Reis

1º Tesoureiro

Eduardo de Oliveira Garcia

2ª Tesoureira

Cláudia Mara Fronza da Silva

Conselho Fiscal

Presidente

Vera Lúcia Batista dos Santos

1ª Vogal

Simone Cristina Dalbello da Silva

2ª Vogal

Cleide Gessele

Suplentes

Elisônia Carin Renk

Fale conosco

Nosso endereço: Rua dos Ilhéus, 38 - SL 1005, Centro
CEP: 88010-560 - Florianópolis/SC

Contatos

(48) 3224-6135 / cress@cress-sc.org.br / www.cress-sc.org.br

ESTA PUBLICAÇÃO FOI DESENVOLVIDA COM ELEMENTOS INTERATIVOS PARA UMA MELHOR EXPERIÊNCIA.

O ícone da mão e/ou a caixa ilustrativa significam conteúdo clicável para navegação.

O ícone do celular retorna ao Sumário.

SUMÁRIO

PÁGINA 4 - APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

PÁGINA 6 - Serviço Social e conservadorismo na entrada do Século XXI **Ana Elizabete Mota e Mavi Rodrigues**

PÁGINA 9 - A dimensão ético-política dos processos avaliativos em tempos ultraconservadores **Vera Maria Ribeiro Nogueira**

PÁGINA 13 - A ofensiva do conservadorismo nas eleições de 2022: breves reflexões para o serviço social **Suéllen Bezerra Alves Keller**

PÁGINA 16 - Diversidade e direitos humanos como demandas ao trabalho profissional na contramão do conservadorismo **CEDH/CFESS 2017-2020**

DEPOIMENTOS

19 Ana Paula Bilek
20 Anna Carolina Tasca dos Santos
21 Beatriz Freitas da Cruz
22 Brenda Gomes Farias
23 Claudia Mara Fronza da Silva
24 Cória Helena Vieira
25 Débora Ruviaro
26 Eduardo de Oliveira Garcia
27 Elisônia Carin Renk
28 Esther Luíza de Souza Lemos
29 Fabiana Luiza Negri
30 Fabíola Andrade Schmitz
31 Flávia de Brito Souza
32 Isabela Kuchinski
33 Jéssica Maiara Lopes
34 Karoline Gonçalves
35 Lara Carolina Malanowski
36 Laura Aparecida Mendes
37 Leandro Nunes
38 Luana Sá Stanki
39 Lucas Haygert Pantaleão
40 Maria Aparecida de Souza Reis
41 Maria Elizabeth Borges
42 Nariana Rodrigues de Freitas
43 Natália de Faria
44 Neylen Bruggemann Bunn
45 Patricia Fatima de Oliveira
46 Quéli Anschau
47 Regiana Almeida Prestes de Souza
48 Sabrina Aparecida da Silva
49 Simone Cristina Dalbello da Silva
50 Suéllen Bezerra Alves Keller
51 Tahina Probst do Amaral
52 Viviana Wachtel Seleme

APRESENTAÇÃO

O conservadorismo nosso de cada dia

A Gestão (2020/2023) "Coragem e Democracia - A Certeza na Frente, A História na Mão" do CRESS 12ª Região/SC tomou a resistência ao conservadorismo como pauta central na dinâmica de trabalho das comissões e também no diálogo com a categoria profissional.

Compreender como se estabelece o conservadorismo no Brasil é necessário para que as relações sociais constituídas neste país sejam também melhor compreendidas, e a partir disso, transformadas.

A Campanha CRESS Debate Conservadorismo traz à baila esta temática, propondo reflexões a categoria profissional, por meio da divulgação de frases, elaboradas por Assistentes Sociais. Buscou-se trazer as/os profissionais para dentro da discussão, promovendo a participação das/os próprias/os assistentes sociais na produção de frases a serem veiculadas nas redes sociais do CRESS/SC.

Considerando, principalmente, os sinais de avanço do conservadorismo nosso de cada dia, as frases foram analisadas, com o intuito de verificar se estavam de acordo com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Ao verificar a qualidade e a quantidade de materiais, idealizamos a elaboração de um Livro Digital com intuito de constituir um acervo da campanha, bem como disponibilizar um apanhado dos materiais teóricos produzidos no período da Gestão 2020-2023.

Identificamos a necessidade de pensar a realidade a partir de constantes acontecimentos os quais materializam o quanto o conservadorismo se faz presente nesta sociabilidade. Santa Catarina é conhecido por muitas particularidades enquanto estado pertencente à Região Sul do Brasil. Localizado na fronteira a oeste com a Argentina, e banhado pelo Atlântico a leste, confere ao estado paisagens ímpares. Porém, um dado do qual não nos orgulhamos, é o crescimento do número de células neonazistas no estado nos últimos anos. Isso é preocupante se somado à valorização da identidade europeia - principalmente alemã e italiana - devido aos contínuos processos de imigração ocorridos no século passado. Esse envaidecimento eurocêntrico que se traduz no reconhecimento da cultura branca europeia é acompanhada pelo apagamento das identidades dos povos originários e da diáspora africana no estado.

Ao compreender que este elemento acaba por constituir as subjetividades das/os catarinenses e portanto, de Assistentes Sociais que aqui nasceram e trabalham, ou ainda daquelas/es que chegam de outros estados para aqui constituir residência e atuar profissionalmente, é importante que este tema esteja constantemente na pauta do

CRESS Santa Catarina. Neste sentido, a pauta do combate ao conservadorismo anda lado a lado da pauta antirracista.

Cabe ao CRESS levantar estes temas atrelados ao exercício profissional, para que cada vez mais Assistentes Sociais se desvinculem do moralismo e do conservadorismo, conforme princípios do Código de Ética, na efetivação de um Serviço Social antirracista e acolhedor de diversidades.

É preciso partir da perspectiva de que o conservadorismo não está somente nos outros, mas permeia toda a sociedade, e portanto, todas/os estamos propensas/os a reproduzir pensamentos, atitudes e comportamentos conservadores ou racistas. Por outro lado, é nosso dever nos mantermos atentas/os para que não haja reprodução automática de preceitos de forma inconsciente. É preciso estar atento e forte, conforme diz a música, para que cada uma/um (re)conheça em si o conservadorismo nosso de cada dia!

CRESS 12ª Região/SC

Gestão "Coragem e Democracia - A Certeza na Frente, A História na Mão" (2020-2023)

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI[1]

Ana Elizabete Mota[2] e Mavi Rodrigues[3]

É inerente ao Serviço Social uma dimensão política. Seus agentes profissionais, em todo o tempo, no passado e no presente, conscientes ou não disto, a exercitam. Em grande parte da trajetória da profissão no país – das suas origens até os anos finais da década de 1970 – predominou uma direção política conservadora. Realizado em São Paulo em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como 'Congresso da Virada', foi um marco na guinada da politização à esquerda das/os Assistentes Sociais. Sua principal herança foi a formação de uma nova cultura profissional cuja direção social é colidente com as estratégias de dominação orquestradas pelo grande capital desde os anos de 1970 - o neoliberalismo, a restruturação produtiva e a financeirização – e constituiu-se na base do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. As condições para que essa politização à esquerda ocorresse foram dadas pela rebeldia operária contra a ditadura de 1964. Seus efeitos se fizeram sentir não apenas na reconfiguração das entidades representativas da categoria, mas também nos conteúdos do ensino, com desdobramentos sobre as práticas profissionais que passaram desde então a se sintonizar com as lutas por novos direitos e pela democratização do Estado e da sociedade.

A construção dessa cultura profissional remete à experiência realizada entre 1974 e 1976, na PUC-MG, conhecida como Método de Belo Horizonte. Apoiada na tradição teórica aberta por Marx e propondo uma ruptura com o Serviço Social Tradicional, esta experiência ganhou visibilidade e inserção no debate profissional na crise da ditadura. Elaborada sob o peso de uma perspectiva ideológica crítica, determinada pelo impacto da organização e politização da categoria e pelo influxo do pensamento marxista no debate profissional, essa cultura profissional demarca a incorporação de valores e concepções próprios das conquistas civilizatórias da modernidade (burguesa), como

1 Este curto ensaio é uma versão resumida do artigo "Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário", de nossa autoria, publicado em 2020. Embora contenha pontuais acréscimos, sugerimos ao leitor a consulta ao original. MOTA A. e RODRIGUES M. **Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

2 Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, Recife, PE, Brasil

3 Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

a igualdade, a liberdade, a moral e a política, autonomizadas da religião e, portanto, laicizadas. Seu caráter laico e crítico é o que a diferencia dos traços antimodernos presentes no Serviço Social tradicional.

O conservadorismo moderno é um fenômeno multissecular, emergido logo após a Revolução Francesa, e que, desde então, conheceu muitas faces. A versão que aparece em várias regiões do mundo após a crise econômica de 2008, é portadora de um claro conteúdo reacionário, simpático às ideias fascistas, de ódio aos segmentos sociais "mal" intitulados de minorias sociais. Constituído por diversas doutrinas, por vezes colidentes entre si (libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo reciclado), o reacionarismo filo-fascista da atualidade, defende a família tradicional, monogâmica e cristã, é contra a homossexualidade e os direitos das mulheres e dos negros. Compõe uma nova etapa da hegemonia burguesa no país, orgânica à uma pauta neoliberal draconiana que aprofunda a mercantilização, a privatização e desregulamentação do trabalho, dos direitos e das políticas sociais.

A atual conjuntura brasileira, cujos traços basilares remontam aos levantes de 2013, propicia a difusão desse novo conservadorismo que tende a favorecer, no interior do Serviço Social brasileiro, a aparição de tendências regressivas, e até mesmo reacionárias, que avançam contra o projeto ético-político. Tal fato não apaga as possibilidades da resistência social e profissional, todavia a ofensiva atual se expressa de um modo distinto da feita pelos pós-modernos nos anos de 1990: apresenta de forma pública e direta sua aversão à tradição teórica e os valores que subsidiaram a construção, desde a crise da ditadura, da cultura laica e progressista do Serviço Social brasileiro. Seu antimarxismo aproxima-se da restauração do tradicionalismo profissional e das críticas feitas às tendências mais à esquerda do Movimento de Reconceituação. Dentre as inovações na forma de expressão deste conservadorismo que penetra a profissão na atualidade está a união sincrética com modernas ideologias mercadológicas, típicas da era neoliberal, como o individualismo, o empreendedorismo e a filantropia empresarial que integram o arsenal cultural requerido pela dinâmica da acumulação capitalista financeirizada. Entre outros aspectos, o recrudescimento do discurso em prol da preservação da família tradicional não é casual, dado que não está desassociado da retração de investimentos na seguridade social e nas políticas sociais públicas, com o retorno de dimensões moralizantes na esfera da assistência social. Além disso, as/os defensoras/es desse neoconservadorismo não são as/os mesmas/os dos anos 1990. Ao que tudo indica as frações conservadoras tem um novo perfil: são jovens que se socializaram durante a longa era neoliberal brasileira – iniciada em 1994 e ainda em curso – e que emergiram no ambiente do antipetismo e do bolsonarismo, vivenciam o trabalho precário e não possuem uma articulação com as entidades da categoria; suas críticas à cultura profissional da virada se sustentam em argumentos simplistas, anti-intelectuais e calcados no senso comum.

Ademais, o conteúdo evidentemente reacionário e filo-fascista da ideologia conservadora de agora tende a acentuar as diferenças ideopolíticas entre os pós-modernos de

esquerda e os neoconservadores de hoje, no âmbito do Serviço Social brasileiro. Todavia, tal diferenciação que transforma aliados de outrora em opositores, não pode ser hiperdimensionada, já que ao recusar as bases teóricas do pensamento materialista e dialético e reiterar o ecletismo em oposição ao pluralismo, as ideologias pós-modernas vêm, desde os anos 1990, negando por outros caminhos a cultura profissional herdeira do processo e projeto da virada do Serviço Social brasileiro.

Entre a investida contra a direção social estratégica da profissão ocorrida na última década do século XX (por meio de um conservadorismo pós-moderno) e esta que se principia no primeiro decénio do século XXI, operada por um conservadorismo reacionário de matizes fascistas, há um determinante comum: a ofensiva neoliberal. O que é distinto é a sua magnitude: após a crise de 2008 a ofensiva do grande capital sobre a natureza, as condições de trabalho e vida das/os trabalhadoras/es e sobre os direitos sociais se eleva exponencialmente. Assim, dentre muitos outros determinantes sociohistóricos, regidos pelos imperativos do capital financeiro hipertrofiado, desde as duas primeiras décadas dos anos 2000, na cena histórica mundial e nacional, a ampliação da ofensiva neoliberal (o ultraneoliberalismo) é um dos fatores que contribuiu para produzir um novo conservadorismo reacionário e proto-fascista.

Enfrentar o conservadorismo reacionário de agora requer que reforcemos uma das principais lições do Congresso da Virada: conjugar a luta política com a luta teórica, pois ainda que seja indispensável reforçar a aliança das entidades representativas da categoria com os movimentos sociais, tradicionais e/ou emergentes, que não se vergaram à ordem, o acerto das estratégias de enfrentamento da cultura da crise que se espraia na sociedade e na profissão em sua forma reacionária, dependerá, em grande medida, de uma análise teórica mais acurada do conservadorismo contemporâneo e dos estreitos fios que o ligam ao projeto do grande capital.

A dimensão ético-política dos processos avaliativos em tempos ultraconservadores

Vera Maria Ribeiro Nogueira[1]

Introdução

Poderíamos iniciar nossa reflexão questionando o papel desempenhado, ou que poderia ser desempenhado, pelos processos avaliativos nessa quadra específica do atual contexto brasileiro. Outro questionamento é como nós, Assistentes Sociais, podemos contribuir para avaliar, e denunciar, a brutal reversão no campo da proteção social, face ao ataque à própria noção civilizatória de justiça social (GUIMARÃES, 2022).

Apelar unicamente para as modalidades usuais de avaliação não dá conta de apontar caminhos na trilha que estamos percorrendo, especialmente porque, atualmente, os processos avaliativos com os quais nos defrontamos no nosso cotidiano são extremamente quantitativos e limitados para mensurar a multiplicidade de aspectos incidentes sobre a cidadania social.

Diante desses limites, como pensar a avaliação como uma ferramenta para enfrentar a atual situação de darwinismo social e buscar garantir, no âmbito da ação profissional, as respostas possíveis para as demandas que nos chegam?

A incorporação da avaliação como função pública e ferramenta profissional

Um breve resgate histórico nos ajuda a apreender as razões de o tema "avaliação" ser um tópico pouco frequente na formação e no exercício profissional. Contribuíram para essa visão crítica e minimalista sobre processos avaliativos fatores de ordem estrutural. Um deles se relaciona à natureza das avaliações implementadas para legitimar as reformas gerenciais do setor público que ocorreram no Brasil. Reformas iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso, seguindo as diretrizes e valores difundidos pelo Banco Mundial, que influenciaram de forma inequívoca o projeto de sociedade brasileiro, incluindo as políticas sociais na década de 1990 (BRANDÃO, 1994). A função

1 Assistente Social. Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL.

"avaliação", no setor público, foi implementada rapidamente com o intuito de evidenciar a pretensa falência e a incompetência do Estado e a suposta competência do setor privado na área da proteção social.

Simultaneamente, o empobrecimento violento de grande parte da população da América Latina decorrente das reformas neoliberais levou a um redirecionamento programático por parte das agências multilaterais, que passaram a incentivar e financiar, junto aos países da região, ações para a redução da pobreza por meio dos programas de transferências condicionadas de renda. Nesse aspecto, reside outro fator estrutural, ou seja, a pobreza entendida unicamente como insuficiência de renda e déficit de capital humano. E junto com essa consigna instaurou-se um modelo de planejamento, gestão e avaliação na área social pública enfatizando a racionalidade técnica e gerencial. Começa-se a falar em cumprimento de metas e análises quantitativas de resultados de programas e projetos descolados de contextos diversos, em termos sociais, culturais e econômicos. Sedimenta-se a lógica gerencialista como um processo ideológico com incidências concretas na administração pública ao aplicar os métodos e valores culturais da administração empresarial privada (REIS, 2019).

As avaliações propostas pelas agências multilaterais, notadamente o Banco Mundial, buscavam demonstrar a pertinência e legitimidade dos programas de combate à pobreza, à medida que alcançavam os objetivos programados: percentuais de atendimento com benefícios pecuniários, frequência escolar e comprovante vacinal das crianças. Os dados qualitativos sobre as causas da pobreza reinante eram ignorados. As demais dimensões da proteção social, como os indicadores relacionados à imensa e brutal desigualdade e a concentração de riqueza no continente latino-americano, não eram incluídas nas avaliações, o que levou Bentura e Vecinday (2013) as classificarem como tautológicas.

Outro aspecto sobre processos avaliativos parece estar relacionado ao âmbito interno do Serviço Social, na medida em que as avaliações sobre as ações profissionais dividem a centralidade no debate profissional com temas igualmente importantes e voltados para apreensão de contextos econômicos e políticos incidentes no campo das políticas sociais. Relevantes análises sobre os novos modelos institucionalizados sob a ótica das reformas gerenciais foram realizadas, assinalando o controle na implantação das políticas sociais. Entretanto poucos estudos focalizaram as consequências do modelo gerencial sobre a ação profissional em si, na medida em "[...] estreita- se pela impossibilidade de programar a ação, subsumida pelo controle gerencial, favorecido pela informatização das etapas de implementação e avaliação das políticas sociais setoriais" (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Atualmente, temos outro contexto, no qual não apenas as formas de proteção social vinculadas à noção de cidadania e responsabilidade estatal estão sendo derruídas como também emerge, na sociedade brasileira, um padrão moral arcaico, ultraconservador e antidemocrático com forte incidência no fazer profissional. Assinala Guimarães (2022), mudanças fundamentais que são a base do crescimento desmedido

da desigualdade social, racista e patriarcal nas sociedades nas quais vivemos. Destaco as essenciais para nosso debate. A primeira foi a desestruturação dos orçamentos do Estado do Bem-Estar Social com a compressão permanente de seus gastos. Outra foi na linha de ataque aos sindicatos de trabalhadores e à própria noção de emprego formal e dos direitos do trabalho. E ainda como a noção de concorrência veio substituir a ideia de solidariedade que sustentava as políticas que buscavam maior justiça social.

Articulando os desafios profissionais e os processos avaliativos avaliação no contexto atual

Sabemos que nossa profissão, devido à sua natureza, continuará sendo a porta de entrada para a atenção aos graves problemas sociais existentes, os quais tendem a se ampliar nos próximos anos.

Nessa linha argumentativa, uma das possibilidades é incorporar e ressaltar a dimensão ético-política da avaliação, não desconsiderando as demais dimensões, para não corrermos o risco de cair no messianismo. Essa proposição buscaria superar as avaliações tautológicas das avaliações gerenciais e pensar os processos avaliativos não como atividades eminentemente técnicas, neutros e assépticos, mas extremamente políticos e condicionados por atores institucionais com interesses e intencionalidades distintas. E levanto em conta duas dimensões quando se trata de avaliação.

A primeira, articulada a um plano mais amplo, de projeto societário apoiado em uma perspectiva ética e política fundada na cidadania social. Esta perspectiva sugere incluir e adensar os processos avaliativos, incorporando as sugestões classificadas por Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 109) como efetividade substantiva, a saber "[...]parâmetros externos ao programa, como justiça social, igualdade, equidade e mesmo desenvolvimento econômico". Seria reconhecer e evidenciar esses princípios nas expressões cotidianas do real, os quais sinalizam as alterações em curso na sociedade brasileira.

E a segunda dimensão, relativa a processos avaliativos no âmbito das ações profissionais considerando que teremos demandas futuras de uma gravidade ainda não totalmente dimensionadas. Tal ocorre por serem as políticas sociais, na trajetória do capitalismo, "[...] o lugar, por excelência, de conflitos inerentes a todas as formas de desigualdade e exclusão. Nesse sentido, elas se distinguem de um conjunto de outras políticas públicas, por revelar esses conflitos cotidianamente" (LOBATO, 2004, p. 246). Ao atuarem sobre estes conflitos, as respostas profissionais, quando avaliadas, contribuem para tornar evidente ações estratégicas possíveis, o potencial e o limite da atuação profissional.

Parece uma ousadia atribuir à ação das/os Assistentes Sociais uma das possibilidades de contraposição ao que vivemos hoje no campo das políticas sociais. Entretanto, somos nós que atuamos em organizações concretas, responsáveis para materializar

as intencionalidades formalizadas via políticas públicas, sejam inclusivas, sejam predatórias.

No âmbito profissional, outra contribuição relevante seria manter um registro sistemático das violações de direitos sociais e os impactos negativos das políticas existentes em cada espaço sócio-ocupacional com seus planos e projetos. Ou seja, garantir um acervo avaliativo de violações para subsidiar atores políticos interessados em cada tema específico, incluindo aqui as entidades da nossa categoria profissional, na luta contra a barbárie. Avaliar as possibilidades de ação, agregando o conhecimento sobre a prática profissional e apontando os espaços de atuação e ampliando a capilaridade de atenção em face das demandas multidimensionais da pobreza torna-se um dever ético imperativo.

Como um pano de fundo para todas essas proposições, devemos lembrar sempre das contradições presentes em toda e qualquer construção social. E, como assinala Boschetti (2014), a totalidade e a dinamicidade da realidade não devem ser esquecidas na avaliação da política social.

Referências:

BENTURA, P.; VECINDAY, M.L. La evaluación "tautológica" de los programas de transferencia de rentas condicionadas. **Revista Políticas Públicas**. Vol 17 (1), 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Parâmetros para a reorganização da Política Social brasileira, IPEA, 1994.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, v. 1, n. 3, p.107-127, 1986.

GUIMARÃES, J. A razão da desigualdade. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-razao-da-desigualdade/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2022-07-18. Acesso em 06 jul. 2022.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. **Trab. educ. saúde**, v. 2, n. 1, mar. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1981-77462004000100006. Acesso em: 8 jul. 2022.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** Rev. katálysis, 2013, vol.16, no.spe, p.61-71. ISSN 1414-4980

REIS, Tiago Siqueira. Katalysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80-89, jan./abr. 2019.

A OFENSIVA DO CONSERVADORISMO NAS ELEIÇÕES DE 2022: BREVES REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL[1]

Suéllen Bezerra Alves Keller[2]

ARTIGOS

A atualidade da discussão acerca da influência do conservadorismo na realidade brasileira é incontestável. Desde o período de esgotamento dos governos Lula e Dilma observamos uma vigorosa ascensão do **conservadorismo** no cenário político, com impactos na configu- ração das políticas e direitos sociais e, consequentemente, no Serviço Social. A ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de autoridade máxima do Poder Executivo, bem como a possi- bilidade de sua reeleição, reaviva no cotidiano a herança conservadora moldada na própria formação socio-histórica do país, notadamente elitista, patriarcal e racista.

Do outro lado, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva reaviva as emblemáticas contra- dições dos governos petistas do período 2003 a 2016, que deram continuidade às políticas econômicas vigentes desde a década de 1990, embora responderam, de alguma maneira, às necessidades imediatas da massa de trabalhadoras e trabalhadores. O fim desse ciclo se deu na queda da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, representando o aprofundamento de incertezas e inseguranças em relação a efetividade dos direitos sociais conquistados na frágil democracia liberal, alçada pós-ditadura de 1964. A desintegração de direitos sociais foi acompanhada pelo avanço espantoso do conservadorismo, situação consubstanciada após o Golpe de 2016.

Como pontuei na obra "A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em tempos de crise" (ALVES KELLER, 2019), o impedimento de Dilma Rousseff em 2016 resultou da

1 Texto publicado originalmente no Boletim Eletrônico do CRESS-SC nº 92, de setembro de 2022

2 Trabalhadora Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), doutora em Serviço Social pela PUCRS, mestra em Serviço Social pela UFPE e especialista em Direito de Família pela URCA. Está como Representante de Supervisores de Estágio na Regional Sul I da ABEPSS, durante a gestão Aqui se Respira Luta! (2021-2022). É autora do livro "A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tem- pos de Crise", publicado em 2019.

confluência de, pelo menos, quatro fatores centrais: a) crise econômica; b) crise política; c) crise moral (escândalos de corrupção associados ao PT); e d) manifestações populares da direita nas ruas. Neste último ponto, vale destacar que as manifestações dos movimentos de direita, que condicionaram a queda da ex-presidenta, foram impulsionadas a partir de lacunas deixadas por Junho de 2013 (KELLER, 2019), chegando ao ponto de grupos conser- vadores bradarem, em nítido tom antidemocrático, pelo fim de um governo eleito, incluindo apelos pelo retorno da ditadura via intervenção militar "constitucional". Esse quadro delineia o processo social de ascensão de um governo de cariz "neofascista neoliberal" em 2018, com a eleição de Bolsonaro, que consolida a retomada do autoritarismo, contraditoriamente, reabilitando personagens da ditadura militar pela via democrática do voto popular.

O avanço da ofensiva conservadora se explica não somente pelo apelo ao retrocesso no âmbito dos direitos sociais, diante das supostas "ameaças" de transformação social pautadas por um comunismo imaginário que o PT representaria, senão pelo ataque às demandas por reconhecimento ("identitárias"), a partir do obscurantismo do "outro" que pretenda afirmar uma identidade que escape do padrão dominante, quais sejam, pobres, negros, favelados, LGBTs, mulheres, indígenas, etc.

> O conservadorismo, que tem como principal personificação o ainda atual presidente, é externalizado nas manifestações de ódio, preconceito de raça, gênero, orientação afetivo-sexual, bem como na persistência da desigualdade de classes, criminalização dos movimentos sociais, pautado na construção de uma sociabilidade cada dia mais coercitiva e militarizada.

Os retrocessos democráticos partiram do "impechment" da primeira mulher eleita presi- denta, passaram pela promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) que limita os gastos públicos por vinte anos, chegando às contrarreformas trabalhista e da previdência social. Cabe destaque ainda a repressão a movimentos sociais, o assassinato de Marielle Franco e a liberalização do porte de arma de fogo pelos ditos "cidadãos de bem". Tanto a eleição de 2018 quanto esta de 2022 têm sido balizadas pela disseminação de fake news, retrato de um governo inspirado pelo anticientificismo e autoritarismo militar. Com a pandemia, fomos brindados com a política de morte. Hoje, está sendo realimentada a descredibilidade do processo eleitoral, ameaçado também pela banalização da violência. Violência esta que ultrapassou os limites da truculência, causando a morte de opositores políticos à esquerda, como os casos das vítimas Marcelo Arruda, Benedito Cardoso dos Santos e Antônio Carlos Silva de Lima. Esses são alguns indicativos de que os preceitos que impunham limites ao discurso de ódio e o pacto civilizatório da democracia liberal estão sendo desfeitos, aos comandos do Presidente Bolsonaro, que não economiza palavras para eliminar a oposição.

Quanto ao Serviço Social, ainda que haja hegemonia da perspectiva crítica, alçada com a consolidação do projeto ético-político, estamos vivenciando um quadro favorável à revitalidade do conservadorismo no corpo profissional. Nos espaços profissionais, o ele- mento conservador nunca foi de todo eliminado, a despeito dos significativos esforços da profissão no sentido de superá-lo. Esse conservadorismo se manifesta na reprodução de práticas imediatistas, psicologizantes e individualizadas, assim como na impressão de um viés religioso ao exercício profissional. Além disso, a conjuntura atual favorece a ascensão do conservadorismo com a adoção de uma política radicalmente neoliberal pós-golpe, que redireciona a gestão das políticas sociais, precariza as condições de trabalho e mercantiliza a formação, que passa a ser pautada pela lógica do aligeiramento e da tecnificação.

A saída para a categoria de Assistentes Sociais é compreender as contradições que a ma- terialidade da vida social e o tempo histórico nos impõem. A possibilidade de transformação desta realidade demanda o entendimento de que é necessário se voltar ao revigoramento dos princípios legitimadores do Serviço Social, resistindo ao avanço conservador e lutando pela ampliação dos direitos sociais, rumo à construção de novas formas de sociabilidade. A conjuntura é extremamente desfavorável, mas esse quadro de mazelas não é insuperável. Podemos dar um importante passo em breve, elegendo candidatas/os comprometidas/os com valores como a liberdade, autonomia, emancipação, cidadania, democracia, igualdade, justiça social, diversidade e participação. A retirada de Bolsonaro é somente o primeiro passo das tantas lutas que virão. Como afirma Arcary (2019, p.115), o conservadorismo "pode e deve ser derrotado nas ruas pela mobilização de milhões. Confiemos na nossa luta. Quem não cansa alcança. Sempre".

REFERÊNCIAS

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

ARCARY, Valério. Bolsonaro é ou não é um neofacista? In: DEMIER, Felipe. CISLAGHI, Juliana Fiuza. (org.) O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

KELLER, Rene José. A Ofensiva do Conservadorismo: luta de classes e crise do socialismo. Vol. II. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

Diversidade e Direitos Humanos como demandas ao trabalho profissional na contramão do conservadorismo[1]

Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS (2017-2020)[2]

Tornou-se lugar comum a afirmação de que vivemos um momento de assustador retorno do conservadorismo, traço esse que está longe de se restringir ao trabalho de assistentes sociais. Entretanto, não podemos tornar lugar comum a ocorrência desse fenômeno em qualquer de suas expressões, sob pena de banalizar retrocessos humanitários de graves proporções. Isso exige reflexão e ação crítica em diversas frentes – o que inclui uma revisão de nossas posturas individuais em instâncias públicas e na vida privada, mas inclui, principalmente, esforços e lutas coletivas.

A categoria dos/as assistentes sociais vem há pelo menos 40 anos revendo conceitos e aspectos do seu trabalho para "dar voz" às legítimas demandas da população usuária de serviços e políticas sociais nos mais diversos espaços ocupacionais. Essas demandas não são apenas de natureza socioeconômica, mas encarnam ainda o ranço de uma formação social, política e cultural de um país avesso à democracia, à liberdade de expressão e à diversidade humana.

Cabe reconhecer, portanto, que além de ser parte da classe trabalhadora e sofrer as consequências da desproteção social ao trabalho – desemprego, subemprego, terceirização e outras formas de superexploração – a população atendida vive, simultaneamente, outras dimensões de sua existência. São negros/as; índios/as; quilombolas; ribeirinhos/as; crianças; jovens; mulheres; idosos/as; deficientes; pessoas com transtornos mentais ou de comportamento; imigrantes; gays; lésbicas; bissexuais; intersexo; transgêneros; viverem em situação de rua; fazem uso de alguma substância psicoativa, entre outras condições que não são consideradas "dentro da normalidade". Tais vivências, nas suas diversas expressões, não podem ser invisibilizadas ou negadas.

Embora o Brasil sempre tenha carregado a marca de ser um país que combina "o

1 Texto originalmente publicado no Informativo Serviço Social É Notícia, do Conjunto CFESS-CRESS, edição nº 4, de maio de 2018.

2 Compuseram a CEDH/CFESS 2017-2020 as conselheiras: Daniela Möller (coordenadora),Jane Nagaoka, Josiane Soares, Mauricleia Santos, Solange Moreira e Nazarela Guimarães

novo" e o "velho", o arcaico e o moderno – pois é um país capitalista forjado em bases escravocratas, sob as relações autoritárias e violentas, de mando e de favor, do clientelismo e do cultivo das relações privadas em detrimento da esfera pública – ao longo das últimas décadas, mesmo que de forma limitada, os avanços no campo dos direitos sociais reconhecidos em lei e a implementação de políticas sociais fez com que muitos de nós acreditássemos que as práticas sociais fundadas no higienismo, no preconceito e na segregação social estavam sendo superadas. Entretanto, o conservadorismo e o moralismo presentes na argumentação que justifica a redução do financiamento e implementação de vários serviços públicos e a repressão que se revitaliza nos dias atuais demonstram que essa impressão de que estávamos superando "velhos problemas" precisa ser, no mínimo, revista.

Historicamente temos sido chamados/as a atuar pragmaticamente, com aquilo que "se tem", "ou com o que é possível". Essas ações se constituem, muitas vezes, como violação aos direitos humanos. Algumas delas podem ser citadas a título de exemplo, como o acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes por ausência de políticas básicas para apoio à família de origem ou o internamento em Comunidades Terapêuticas ou instituições psiquiátricas de pessoas que fazem uso de substância psicoativas e que poderiam ser atendidas em um CAPS.

Também somos chamados/as a responsabilizar as pessoas e famílias atendidas pela sua própria condição em um contexto de extrema desigualdade social, fazendo com que assumam responsabilidades pelos seus membros por ausência de instituições públicas que ofereçam condições de atendimento as necessidades sociais. Em geral, são as mulheres que assumem tal encargo e que são alvo das intervenções neste sentido. Conforme é de conhecimento público, a Emenda Constitucional 95, que congela o orçamento federal por 20 anos, tenderá a intensificar a precariedade em que se encontram as políticas sociais ou a inexistência dos programas adequados.

São muitos os fatores que incidem sob as escolhas que realizamos diante da restrita liberdade de optar entre "situações concretas". Mas, para exercê-la, ainda que nesses limites, é necessário conhecer essas situações e as particularidades que se expressam na diversidade humana – o que, por sua vez, requer dos/as profissionais competência teórico-metodológica para análise crítica da realidade e formulação de estratégias que estejam sempre direcionadas ao desenvolvimento e plena expansão dos sujeitos sociais.

Portanto, colega, seja qual for a sua inserção profissional, suas condições de trabalho ou tipo de vínculo, queremos chamá-lo/a à construir, na prática, um vigoroso movimento de sintonia ético-política pela diversidade e pelo direito de escolher daqueles/as com quem trabalhamos diariamente. Isso implica rever continuamente a forma como olhamos "o outro", repudiar qualquer expressão de ódio contra escolhas que sejam consideradas "patológicas" ou "desviantes". Nosso papel é lutar, onde quer que estejamos, pelo direito das pessoas se expressarem, serem ouvidas e respeitadas, ainda que seus atos tenham sido decorrentes de escolhas consideradas ilegais – como é

o caso de 70% da população carcerária brasileira que sendo pobre, jovem, negra, usuária de substâncias psicoativas, responde por contravenções penais as mais diversas. Ou de adolescentes infratores que, nem por isso, devem ser imputados criminalmente antes de completarem 18 anos, conforme lhes assegura uma cláusula constitucional. Ou de mulheres que abortam porque não querem ser mães em diversas circunstâncias e que não podem ser criminalizadas por essa escolha. Ou de moradores sem teto que não podem ser criminalizados por terem escolhido lutar pelo direito constitucional da moradia. Ou de homossexuais, travestis e transexuais que não podem ser assassinados impunemente por terem expressado livremente sua orientação sexual.

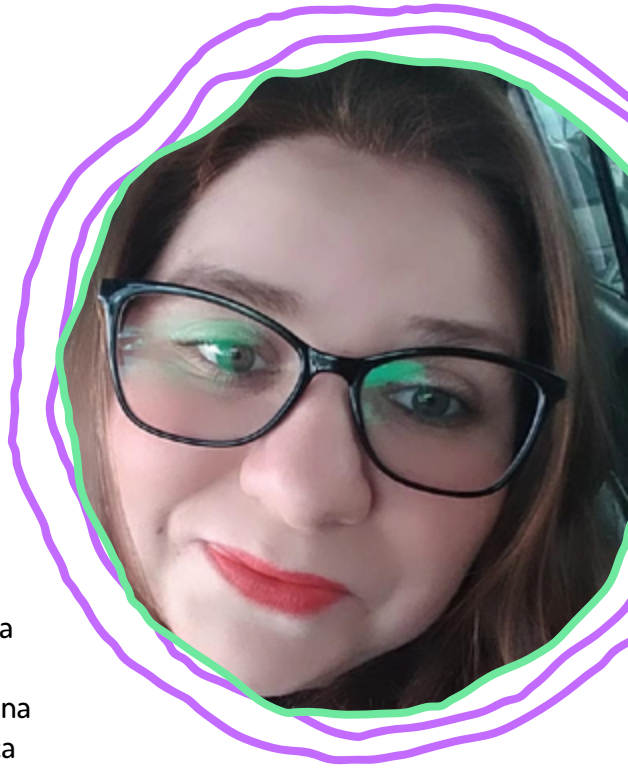
São muitas as faces do conservadorismo e elas atravessam os serviços que operacionalizamos, as normas instituídas, as condicionalidades estabelecidas e, muitas vezes, nos colocam no lugar do "inquisitor". Aquele que vai averiguar, produzir provas e colaborar, de alguma forma, para que a "questão social" seja criminalizada ou socialmente invisibilizada, como "poeira" que se varre "para baixo do tapete".

Não reconhecemos esse papel. Ele sempre nos foi demandado pelas instituições nas quais trabalhamos e hoje se amplia ganhando "ares modernos" nos manuais e cadastros que operamos diariamente por meio dos serviços. É necessário fazer a crítica a várias dessas normativas e também fazer escolhas que subvertam toda forma de violência que ataque a diversidade da sociabilidade humana. Convidamos você a construir cotidianamente a profissão, pautado/a nos valores pactuados coletivamente desde 1993, quando aprovamos o código de ética profissional em vigor e, em decorrência dele, várias de nossas resoluções e publicações que podem ser importantes para superar a aparente "solidão" dessas escolhas.

Não é por outro motivo que a pauta dos Direitos Humanos associada à ética ocupa um lugar central na agenda de lutas do conjunto CFESS-CRESS e no último Encontro Nacional (2017) foram aprovadas inúmeras deliberações voltadas ao debate de temas que relacionam direitos humanos e exercício profissional. Materializando essas deliberações, ainda na gestão "Tecendo na luta a manhã desejada", foram produzidos os cadernos "Serviço Social no Combate ao Preconceito" (disponíveis para download no site do CFESS). Já neste triênio, a gestão "É de batalhas que se vive a vida" avançou uma série especial do CFESS MANISFESTA denominada "Conjuntura e Trabalho Profissional" cujo objetivo é abordar situações decorrentes deste contexto de intensificação da agenda neoliberal e conservadora, suas repercussões para a vida da população e para o exercício profissional e produzir orientações para a categoria.

Por tudo isso, afirmamos: o conjunto CFESS-CRESS está ao seu lado nessa empreitada em defesa da diversidade e dos direitos humanos! Conheça os materiais produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS, participe dos debates sobre ética e direitos humanos no seu CRESS e dos eventos nacionais que estão por vir.

Ana Paula Bilek



Graduada em Serviço Social/UNICENTRO-PR. Especialista em Gestão Pública/UEPG-PR. Especialista em Famílias e Práticas Profissionais/UNICENTRO-PR. Assistente Social na Prefeitura de Blumenau-SC/SEMUDES Assessoria técnica de Apoio aos Conselhos – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN.

"O exercício profissional da/o Assistente Social não deve ser somente legalista, é necessário fortalecer a articulação com outros sujeitos sociais em busca da defesa da classe trabalhadora e de romper com o conservadorismo, sempre reafirmando nossos compromissos éticos."

Anna Carolina Tasca dos Santos

Assistente Social – CRAS Morro do Meio – Joinville

Depoimentos

"O conservadorismo se fortalece em nossa sociedade e permeia o Serviço Social acentuado pelos retrocessos políticos ideológicos que incidem sobre a formação profissional, caminhando na contramão do que preconiza nosso Código de Ética. O conservadorismo nos coloca em posição de luta constante para garantir os avanços conquistados no movimento de ruptura do Serviço Social."

Beatriz Freitas da Cruz

Assistente Social atuante na Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa de Santa Catarina.

"Vivemos em tempos de prevalência do conservadorismo, um problema histórico de nossa sociabilidade que atinge significativamente a coletividade e a individualidade nos diferentes contextos sociais. Como Assistentes Sociais, o momento requer postura crítica, reflexiva, cujo norte é o fortalecimento do projeto crítico profissional e o combate a todas as formas de preconceitos e discriminações vigentes em nossa sociedade."

Brenda Gomes Farias

Assistente Social, atuante na política pública de saúde mental, com ênfase em álcool e drogas. Especialista em Saúde da Família e Comunidade através do Programa de Residência Multiprofissional e Mestranda em Ambiente e Saúde Assistente Social da Política de Educação, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, conselheira do CRESS 12ª Região.

"Os desafios profissionais são intrínsecos ao cenário que estamos inseridas/os, enraizado pelo conservadorismo estruturado, que coloca em risco todos os direitos e avanços já conquistados. Cabe a nós buscarmos estratégias diárias de enfrentamento, resgatando os objetivos da profissão, a fim de manter vivo nosso projeto ético-político. Quando resistimos, representamos com êxito nossa história."

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Assistente Social – Conselheira do CRESS-SC na gestão 2020-2023. Especialista em Famílias e Práticas Interventivas e também Especialista em SUAS e Trabalho Interdisciplinar. Atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Assistência Social, coordenando o CRAS Santa Rita, e também no Colégio Dom Bosco, da Rede Salesiana. Coordena o Grupo Gestor da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente e Núcleo Intersetorial de Suporte ao APOIA/NISA do mesmo município.

DEPOIMENTOS

"Combater o conservadorismo é compromisso de quem acredita que o mundo precisa e pode ser justo para todas e todos, não somente para algumas e alguns, e que a vida exige movimento."

Cória Helena Vieira

Graduada em Serviço Social e Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Militante das políticas públicas (Assistência Social, Saúde e Segurança Pública). Integrante do grupo de articulação do Núcleo de Base do CRESS (NUCRESS) da Grande Florianópolis e integra o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida.

"Os desafios do Serviço Social no cotidiano ainda são muito difíceis. A luta para romper com uma corrente conservadora é urgente. Para que isso seja possível precisamos ocupar espaços coletivos que estejam de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social."

Débora Ruviaro

Assistente Social, conselheira do CRESS 12ª Região – Gestão 2020-2023.

Depoimentos

"No Brasil, o debate das desigualdades sociais perpassa o entendimento a respeito da nossa formação sócio-histórica, com ênfase na questão racial. É preciso avançar na luta contra o racismo no cotidiano profissional."

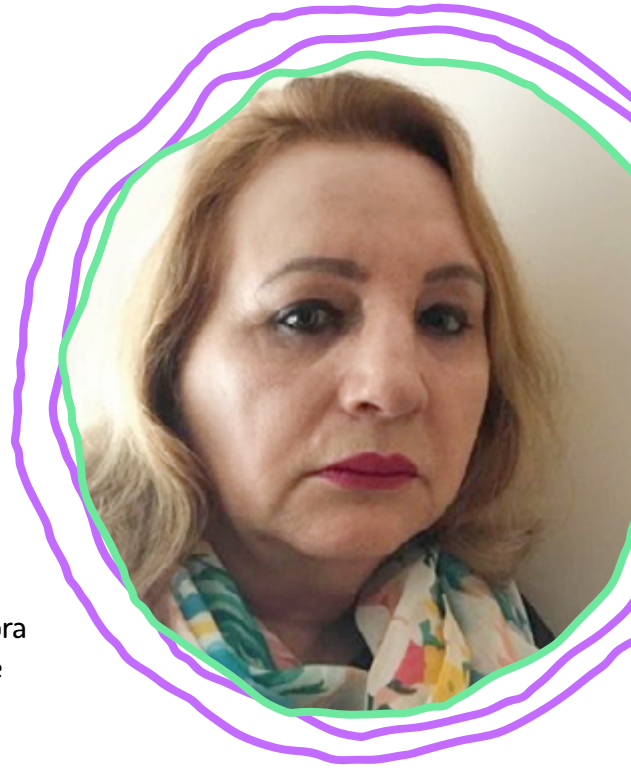
EDUARDO DE OLIVEIRA GARCIA

Graduado em Serviço Social (UERJ), pós-graduado em Sociologia Urbana (UERJ/2016) e Políticas Públicas (IFSC/2020), Mestrando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Atua na política de Assistência Social da Prefeitura de Araquari/SC.

DEPOIMENTOS

"Vivemos uma retomada do conservadorismo exacerbado dentro das instituições o que traz a fragmentação e precarização dos nossos processos de trabalho profissional. Se faz necessário uma reflexão utilizando por base o nosso projeto ético-político para retomarmos as nossas lutas Progressistas."

ELISÔNIA CARIN RENK



Assistente Social, conselheira do CRESS/SC, coordenadora da Comissão de Seguridade Social, membro do Grupo de Trabalho Serviço Social e Psicologia na Educação.

DEPOIMENTOS

"A sociedade brasileira carrega resquícios do conservadorismo, razão pela qual é indispensável que a/o Assistente Social observe a refração do conservadorismo na intervenção profissional. A prática deve estar fundamentada no Código de Ética e na garantia dos direitos."

Esther Luíza de Souza Lemos

Assistente Social, Docente da UNIOESTE, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"Reafirmar a democracia, a luta por direitos, a liberdade e a diversidade humana no nosso trabalho cotidiano é enfrentar o conservadorismo e as práticas conservadoras na nossa sociabilidade. Como Assistentes Sociais fazemos diferença nesta luta, coletivamente e a partir de onde estamos! A história nos ensina! Sigamos!"

Fabiana Luiza Negri

Doutora em Serviço Social pela UFSC, Mestre em Serviço Social pela UFSC, Especialização em Políticas Sociais e Família e Graduação em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Assistente Social, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Depoimentos

"O enfrentamento ao conservadorismo requer do Serviço Social um movimento permanente de resistência, visto que o conservadorismo se desenvolve, e se reatualiza nas relações sociais da sociabilidade capitalista, que amplia e aprofunda sua ofensiva no contexto de sua crise estrutural. Portanto, no enfrentamento ao conservadorismo o trabalho da/o Assistente Social deve posicionar-se firmemente em defesa dos direitos da classe trabalhadora, assim como reafirmar seu projeto ético-político profissional, fortalecendo-se como profissão e para isto é necessário alimentar-se da indignação com a barbárie, recusando a naturalização das atrocidades do cotidiano em que vivemos."

Fabíola Andrade Schmitz

Assistente Social do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) São José/SC. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo (USP).

"O Conservadorismo ainda reflete algumas práticas do Serviço Social na execução das Medidas Socioeducativas, trazendo consigo nuances do código de menores, dificultando o avanço da garantia do acesso aos direitos fundamentais assegurados ao adolescente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Avanços éticos-políticos renovadores fazem-se necessários."

FLÁVIA DE BRITO SOUZA

Assistente Social, assessora técnica do CRESS/SC, Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC.

DEPOIMENTOS

"O conservadorismo se faz presente na sociabilidade brasileira e por isso, para intervir nesta realidade, é imperativo que o Serviço Social tenha postura crítica. Um país construído com base no genocídio de sua população originária e na escravização de pessoas advindas do continente africano não é capaz de esconder suas raízes, mesmo se constituindo em uma república democrática de direito. Os valores conservadores giram em torno da proteção e conservação de princípios que operam sistematicamente na deslegitimação das pautas levantadas pelos movimentos sociais progressistas, como o racismo, a lgbtfobia, a defesa das mulheres, da agricultura familiar, das populações indígenas, dentre outras."

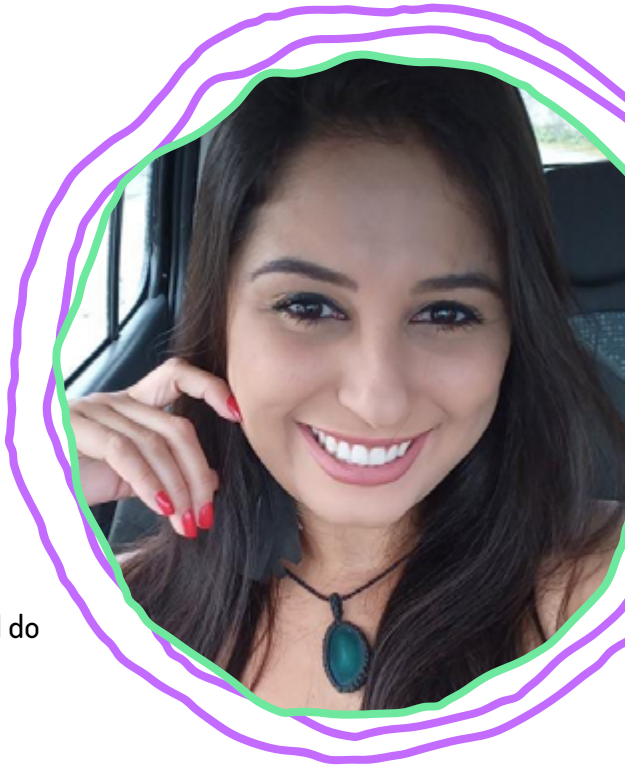
Isabela Kuchinski

Assistente Social especialista em Serviço Social na educação, atuante no CAPS II em Concórdia/SC.

Depoimentos

"O conservadorismo se faz presente na sociedade atual e no Serviço Social corrobora para práticas moralizantes e fragmentadas, banalizando o trabalho da/o Assistente Social, passando estes a reproduzir ações imediatistas regidas pela 'moral e bons costumes'. Considerando que temos um projeto ético-político a ser seguido pelo Serviço Social, buscamos por meio da dialética das intervenções a garantia de efetivação dos direitos sociais, em igualdade de condições para todas/os!"

Jéssica Maiara Lopes



Assistente Social atuante na Política de Assistência Social do município de Palhoça/SC.

DEPOIMENTOS

"Vivemos tempos difíceis, tempos de retrocessos políticos e banalização dos direitos já conquistados. Discursos de ódio, autoritarismo, racismo, machismo e criminalização da pobreza parecem ganhar legitimidade no cenário atual. O Serviço Social brasileiro, em sua última fase do movimento de reconceituação, rompeu com todo o seu caráter assistencialista e conservador, pautando-se desde então no compromisso com a classe trabalhadora e reconhecendo sua atuação diretamente ligada as expressões da questão social. Desta forma, nós Assistentes Sociais, temos o dever de dialogar com a nossa formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e através desta postura crítica, combater todas as formas de preconceito e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária."

Karoline Gonçalves

Assistente Social Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Gestão do Sistema Único de Assistência Social e Especialista em Saúde Coletiva.

DEPOIMENTOS

"O conservadorismo traz consigo muitos elementos, como preconceito, enfraquecimento do pensamento crítico, perda de direitos, desmonte e desfinanciamento de políticas sociais. Na minha atuação enquanto Assistente Social Residente na Saúde da Família vivencio o quanto a narrativa conservadora afeta o Sistema Único de Saúde-SUS, exemplo disso o enfraquecimento do controle social e participação popular. É preciso ter clareza de que na nossa profissão fazemos a escolha de defender uma nova ordem societária, onde as políticas sociais são construídas em conjunto com a população e a realidade trazida pelo conservadorismo é diversa daquela pela qual lutamos."

Lara Carolina Malanowski

Especialista em Saúde da Mulher e da Criança. Residente Multiprofissional em Saúde da Família.

"O conservadorismo moderno perpassa o discurso neoliberalista, mas se mostra na realidade como progressista. Cuidado! Precisamos estar sempre atentas/os aos discursos consoantes com nosso projeto ético-político, marxista e dialético-crítico em sua essência, alinhado aos interesses da classe trabalhadora e minorias sociais."

Laura Aparecida Mendes

Assistente Social atuante na Política de Assistência Social de Otacílio Costa/SC.

"O Serviço Social é uma profissão que nasceu vinculado às bases conservadoras, mas nós Assistentes Sociais devemos romper com esse pensamento que tanto atrasa a nossa sociedade. O nosso trabalho deve deixar de ser visto e executado na perspectiva do disciplinamento, do preconceito, da discriminação, do merecimento e do assistencialismo. E deve passar a ser compreendido e executado na perspectiva do direito, da igualdade e do respeito à dignidade e autonomia de nossas usuárias e usuários."

Leandro Nunes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e professor substituto do Departamento e Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

"Avançar na crítica ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro, é conditio sine qua non, para a manutenção de uma formação e intervenção profissional crítica, propositiva e sustentada na análise da realidade em tempos de avanço do reacionarismo, neofascismo, discursos de ódio e toda e qualquer manifestação de preconceito (raça, gênero, etnia, classe, orientação sexual), tal qual ocorreu lá durante a década de 1980 no movimento de "Intenção de Ruptura". Este é o dever de todas/os Assistentes Sociais, (docentes e profissionais), para a crítica ao modo de se portar da sociabilidade capitalista e rumo a emancipação humana. Ousar lutar, desobedecer a ordem vigente, este deverá ser nosso lema, nosso objetivo"

Luana Sá Stanki

Assistente Social, cursando Especialização em Relações Familiares, atuante na Secretaria Municipal de Educação do município de Anita Garibaldi/SC.

DEPOIMENTOS

"A atuação da/o Assistente Social remete a resistência. Na educação, que é meu espaço de trabalho, enfrentamos os resquícios do conservadorismo, cabe a/ao profissional não se limitar apenas ao óbvio da atuação, mas sim ampliar as possibilidades de trabalho e se colocar diante a esses espaços, modificando a realidade, lutando sempre na defesa intransigente dos direitos humanos."

Lucas Haygert Pantaleão

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Assistente Social e Professor colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR – UEPG.

"O conservadorismo é uma marca do Brasil, presente desde os tempos de colônia até o momento atual, auxiliando na manutenção das diversas formas de opressão presentes no país. O Serviço Social, enquanto profissão detentora de um projeto ético-político comprometido com a construção de uma nova ordem societária, tem no enfrentamento ao conservadorismo um dos principais pontos de embate na ampliação e garantia de direitos à população."

Maria Aparecida de Souza Reis

Formada em Serviço Social (2004), Especialista em Saúde Mental, Curinga do Teatro do Oprimido, atua como Assistente Social do Serviço Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Itapema/SC e Conselheira do CRESS 12ª Região.

"As mudanças assustam, por isso, conservar é mais tranquilo. Mas quem não se mexe não sacode a poeira que cobre as opressõe."

Maria Elizabeth Borges

Assistente Social; Docente da UFBA; Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Presidenta do CFESS (2020-2023).

"Estamos numa quadra histórica em que se exacerbam posicionamentos e práticas conservadoras na sociedade e o Serviço Social não está imune. É preciso firmeza e coerência ética para enfrentar os desafios do presente e preservar compromissos ético-políticos-profissionais na luta contra todas as formas de opressões, violências e violações de direitos."

Nariana Rodrigues de Freitas

Assistente Social atuante na Política de Assistência Social de São José dos Pinhais/PR. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

"O momento atual requer da categoria profissional criticidade e compromisso ético, técnico e político no combate ao conservadorismo, em prol da democracia, das lutas sociais e dos direitos humanos. O conservadorismo fere os princípios da profissão, por isso é preciso resistir em defesa do projeto ético-político, contra retrocessos, condutas discriminatórias e de cerceamento à liberdade."

Natália de Faria

Assistente Social atuante na Política de Assistência Social. Especialista em Gestão Estratégica na Área Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

"O pensamento conservador opera na contramão do projeto ético-político do Serviço Social, manifestando-se como um sistema de ideias que fere os princípios fundamentais da profissão. Enquanto categoria profissional, temos o compromisso de buscar estratégias cotidianas para combatê-lo, em especial, por estarmos vivendo um momento histórico de tamanhos retrocessos. A articulação com os movimentos sociais, nos espaços de controle social, entre as/os próprias/os Assistentes Sociais e junto as demais categorias profissionais são formas de fortalecer ações voltadas à liberdade, à equidade, aos direitos humanos e a justiça social no combate ao conservadorismo."

Neylen Bruggemann Bunn Junckes

Doutora em Serviço Social/UFSC. Assistente Social da Secretaria Prisional e Socioeducativa – CASE Florianópolis/SC.

"A defesa intransigente da vida nos faz visceralmente comprometidas/os com a defesa e garantia dos direitos humanos. Confrontar e enfrentar as práticas conservadoras não é uma opção, mas sim um compromisso ético-político da/o Assistente Social."

Patricia Fatima de Oliveira

Formada em Serviço Social pela UNC/Canoinhas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC. Participante do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina – GECAL. Conselheira suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município de Lages. Assistente Social no CREAS III no município de Lages/SC.

"Falar sobre o conservadorismo no Serviço Social em tempos atuais, me faz refletir que infelizmente, o passado não saiu totalmente de nossas sombras. Para desconstruirmos totalmente esse pretérito, precisamos combater de forma contínua através de reuniões, capacitações e discussões dentro do nosso ambiente de trabalho. Pois é ali, nesses espaços, que precisamos nos politizar cada dia mais com o nosso projeto ético-político no enfrentamento do conservadorismo!"

Quéli Anschau

Assistente Social, Doutora em Serviço Social/UFSC,
Educadora na UNIOESTE/PR.

"

Conservadorismos: não sei o quanto vale que se diga TODES, uma vez que quem o diz talvez não tenha renunciado, legal ou publicamente, à diferença sexual que pretende 'alargar'.

"

Regiana Almeida Prestes de Souza

Assistente Social no Ambulatório de Psiquiatria do Hospital San Julian – Piraquara – Paraná

"O conservadorismo impossibilita a compreensão da realidade a partir das demandas cotidianas trazidas pela população usuária das políticas. Na atual conjuntura constatamos o clamor pelo alimento, moradia, saúde e educação, nas múltiplas manifestações das questões sociais, que impactam diretamente na vida das/os usuárias/os. Ter a compreensão que a nossa intervenção impacta diretamente na transformação da realidade dos sujeitos é um caminho estratégico para enfrentar o presente. Pensando na coletividade, fica inviável caminhar ao lado daqueles que não se permitem voar e conquistar novos horizontes mais humanos!"

Sabrina Aparecida da Silva

Assistente Social do Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola (NEPRE) – Coordenadoria Regional de Educação (CRE) Florianópolis.

"O Serviço Social brasileiro no final do século XX realiza uma tentativa de ruptura com o conservadorismo histórico da profissão, compartilhando a favor das lutas sociais e dos movimentos organizativos da classe trabalhadora por cidadania e pelo restabelecimento da democracia no Brasil. Parto da premissa de que na atual realidade brasileira, com o avanço do conservadorismo e do autoritarismo de Estado, alguns sujeitos e grupos sociais podem assumir posturas antiéticas de controle ou de dominação com as/os usuárias/os das políticas sociais. A nossa particularidade profissional está na mediação ético-política com os movimentos sociais da classe trabalhadora, comprometida com uma atuação fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social, ou melhor, nosso horizonte deve estar 'vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero'. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p. 24)."

Simone Cristina Dalbello da Silva

Assistente Social da Política de Educação, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, conselheira do CRESS 12ª Região.

"O conservadorismo permeia as relações sociais, políticas, econômicas e, consequentemente, as políticas públicas. A consolidação e implementação das políticas sociais, lócus de atuação profissional, seguem na tendência familista, meritocrática, conservadora e higienista, colocando-se como um desafio a ser manejado e contestado nos incessantes tensionamentos imbricados à sociedade capitalista e à atuação da/o Assistente Social. O Serviço Social precisa se posicionar constantemente e criticamente neste debate e nessa arena de disputas ideológicas, identificando e reconhecendo as práticas conservadoras e combatendo-as. Nesse sentido, é importante evitar a armadilha de despolitizar as expressões da questão social, impostas principalmente pelas ações governamentais neoliberais que responsabilizam os sujeitos e as famílias pelas mazelas do capitalismo. Mais do que nunca, torna-se imperativo a defesa do projeto profissional e do posicionamento a favor da equidade e da justiça social."

Suéllen Bezerra Alves Keller

Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Mestra em Serviço Social pela UFPE e Especialista em Direito de Família pela URCA. Está como Representante de Supervisores de Estágio na Regional Sul I da ABEPSS, gestão 2021-2022. É autora do livro "A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise", publicado em 2019.

"A possibilidade de transformação desta realidade demanda o entendimento de que é necessário se voltar ao revigoramento dos princípios legitimadores do Serviço Social, resistindo ao avanço conservador e lutando pela ampliação dos direitos sociais, rumo à construção de novas formas de sociabilidade. A conjuntura é extremamente desfavorável, mas esse quadro de mazelas não é insuperável."

Tahina Probst do Amaral

Assistente Social – CAPSi Lages/SC

DEPOIMENTOS

"Há aproximadamente cinco décadas, muitas/os Assistentes Sociais buscam romper com as práticas ajustadoras e moralizantes. As referidas práticas geralmente vêm mascaradas em discursos de proteção, de Direito, de responsabilização, de crenças, de méritos... Historicamente vemos que a intenção de quem detém o 'Poder' é da manutenção do controle, da subordinação e do status quo da população em vulnerabilidade social. Nesse contexto, cabe à/ao profissional de Serviço Social reconhecer as práticas conservadoras, agir para combatê-las, em especial descortinando os ideais de Estado Mínimo e Familismo."

Viviana Wachtel Seleme

Graduada em Serviço Social na UnC Canoinhas, Especialista em Família e Políticas Públicas-PUC PR e Gestão Pública-UFSC. Servidora pública no município de Canoinhas, atualmente atuando na política de saúde. Atua também nos conselhos de políticas sociais e de direitos. Membro das gestões do CRESS SC de 2017/2020 e 2020/2023.

"O momento histórico exige que a categoria profissional de Assistentes Sociais se posicione frente ao avanço do conservadorismo, no sentido de defender os princípios ético-políticos da profissão para a preservação da liberdade, dos direitos humanos e da justiça social."

CRESS SC

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO